

São Paulo a caminho da insolvência

SÃO PAULO (O GLOBO) — O prefeito Reinaldo de Barros afirma que São Paulo não é a Cidade mais rica do País, mas sim, "a menos pobre, porque está a caminho da insolvência". Os números do orçamento municipal demonstram que o volume de recursos próprios disponíveis para investimentos caiu de Cr\$ 52, em 1970, para Cr\$ 21 em 1980, para cada Cr\$ 100 de capital próprio.

A dimensão do déficit orçamentário municipal pode ser observada nos dados relativos ao ano de 1980. Dos Cr\$ 380 bilhões gerados pela receita tributária no ano passado — ICM, ISS e Imposto Territorial Urbano — 64,1 por cento foram recolhidos aos cofres da União, 29,4 por cento para o Estado, restando apenas 6,5 por cento ao município.

A contratação de empréstimos externos está se constituindo na principal fonte de complementação do orçamento do município de São Paulo. O secretário municipal das Finanças, Pedro Cipolari, está em Nova York concluindo as negociações para um empréstimo de US\$ 80 milhões, com um consórcio de bancos americanos, para o aumento do capital da Companhia do Metropolitano e o financiamento de obras de infra-estrutura urbana.

— Existe um consenso — disse o prefeito Reinaldo de Barros — de que uma democracia forte se constrói com uma maior autonomia dos municípios, porém, na prática, sem receber os recursos que geram, o exercício dessa autonomia falha no dia-a-dia. É utopia pregar a autonomia municipal sem vinculá-la à descentralização das decisões políticas.

A tese da autonomia municipal não faz parte do programa político das oposições, ressaltou ele, "pois faz parte da política tributária preconizada pelo Governo Figueiredo no 3º Plano Nacional de Desenvolvimento".

O exame das contas relativas ao ano de 1979 reforça o ponto de vista do prefeito. Naquele ano, o município arrecadou Cr\$ 5 bilhões de ICM, Cr\$ 6,6 bilhões de IPTU e Cr\$ 10 bilhões da sua quota do ICM, totalizando O\$ 21,6 bilhões.

A arrecadação federal, estadual e municipal atingiu, naquele mesmo ano, no município, a Cr\$ 200 bilhões — uma contribuição de Cr\$ 24,4 mil por habitante. A União ficou com Cr\$ 130 bilhões (65 por cento do total), o Estado com Cr\$ 55 bilhões (28 por cento) e a Prefeitura com apenas Cr\$ 14 bilhões (sete por cento).

Uma rápida análise sobre a carga tributária incidente sobre a frota de carros no município de São Paulo evidencia a distorção existente. A Prefeitura calcula que 18 por cento da frota nacional roda na cidade de São Paulo. "Somente com a cobrança da Taxa Rodoviária Única, um verdadeiro imposto sobre a propriedade, são arrecadados quase Cr\$ 12 bilhões", explicou um técnico da Prefeitura, calculando em Cr\$ 14 mil o imposto cobrado sobre o modelo mais barato.